

POLÍTICA SOCIAL NEOLIBERAL: EXPRESSÃO DA NECESSÁRIA RELAÇÃO ESTADO/CAPITAL EM TEMPOS DE CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

*Bráulio Roberto de Castro Loureiro¹
e Danielle Cristine Ribeiro²*

RESUMO

Este artigo pretende analisar as características principais das políticas sociais em tempos de neoliberalismo tendo como pano de fundo a necessária relação entre Estado e capital. O Estado, constituído sobre a base material do capital, configurou-se como estrutura de comando político que age sobre as contradições do sistema do capital. A partir de tal relação, afirmamos que pensar a face neoliberal das políticas sociais do Estado atualmente é pensar a existência de um Estado máximo, a favor do capital, já que o Estado, cumprindo sua função política essencial, retira-se da oferta de grande parte dos serviços públicos e abre novos campos para a exploração capitalista em tempos de crise estrutural do capital.

Palavras chave: Políticas sociais. Neoliberalismo. Estado. Capital.

¹ Mestre em Ciências Sociais pela UNESP-Marília e doutorando em Ciência Política pela UNICAMP. br.loureiro11@yahoo.com.br

² Licenciada em Ciências Sociais pela UNESP-Marília. dani.cribeiro@yahoo.com.br

NEOLIBERAL SOCIAL POLICY: EXPRESSION OF THE NECESSARY RELATION CAPITAL/STATE IN TIMES OF STRUCTURAL CRISIS OF CAPITAL

ABSTRACT

This article analyzes the main characteristics of neoliberal social policies with the backdrop of the necessary relationship between state and capital. The State, constituted on the basis of capital, was configured as political command structure that acts on the contradictions of the capital system. From this relationship, we affirm that thinking the neoliberal face of social policies of the state is thinking about the existence of a maximum state, in favor of capital, since the state, fulfilling its essential function, cuts up the offer of public services and opens up new areas for capitalist exploitation in times of structural crisis of capital.

Keywords: Social policies. Neoliberalism. State. Capital.

INTRODUÇÃO

Em um cenário em que as perspectivas para que a humanidade se eleve a níveis superiores de realização se mostram prejudicadas, tornando evidente a degradação da vida humana, a crise estrutural da forma de sociabilidade do sistema do capital aparece, antes de tudo, como “[...] uma crise da produção material, que resulta numa crise de todos os aspectos da sociedade” (TONET, 2001, p. 180). Isso se mostra na observação de que o fundamento da crise do mundo atual se encontra na economia, ou seja, na forma como os homens se relacionam entre si na organização do processo produtivo.

Mészáros (2002, p. 799) identifica a crise da década de 1970 como expressão do movimento de crise do sistema do capital, dado que a dimensão civilizatória do capital, fundamentada na relação entre capital e trabalho alienado e sobre a qual se apóiam tanto a sua justificativa histórica como o seu poder contemporâneo, é sobreposta pelo seu caráter essencialmente destrutivo. Trata-se de um quadro de *crise estrutural da forma de sociabilidade regida pelo capital*.

Nesse sistema, antagonisticamente fragmentado, a tendência é a de que os níveis de conflitos e contradições passem de patamares mais baixos para patamares mais altos. Isso, na mesma proporção em que progride a integração do capital a um sistema global desenvolvido e prosseguem as formas destrutivas de produção (assumidas pelo processo produtivo para garantir a continuidade do

capital). A *incontrolabilidade* pode ser tomada como consequência das próprias fraturas que compõem o sistema do capital e que revelam os defeitos estruturais desse sistema.

É preciso considerar que as soluções imediatas encontradas pela dinâmica do capital como saídas produtivas contra o acirramento das contradições são necessariamente formuladas e aplicadas nas condições contraditórias desse sistema, fator que impede que soluções estruturais viáveis sejam materializadas. Diante do aprofundamento dessas contradições internas, a crise estrutural emerge como resultado de um desenvolvimento capitalista desmedido, intensificado nas décadas que compreendem o pós Segunda Guerra Mundial até o início da década de 1970.

A adaptabilidade demonstrada por esse modo de controle sociometabólico permitiu que os países avançados (e somente eles) celebrassem, durante boa parte da segunda metade do século XX, o chamado *bem-estar social* no contexto do intervencionismo estatal keynesiano. Contudo, as intervenções estatais do século XX, que possibilitaram a expansão desmedida da produção, puderam somente intensificar as contradições do capital como um sistema social reprodutivo, acumulando problemas que comprometeram sua realização. As consequências que surgem daí vão ressoar em todas as partes do planeta (e não apenas nos países avançados), afetando desde os aspectos materiais aos mais mediados aspectos sócio-culturais.

Para contornar a tendência de crise do capital, que constantemente assiste à diminuição de suas taxas de lucro, o Estado, durante todo o desenvolvimento histórico capitalista, longe de se manter afastado dos processos de mercado, toma como seu o papel de manter o grau de expansão e acumulação necessário à manutenção do capital. Em um contexto de crise econômica e de dominação, que atingiu profundamente as estruturas do capital no final da década de 1960 e início de 1970, as determinações decorrentes da configuração do Estado como complemento do capital levaram-no a tomar a configuração neoliberal como tentativa de recompor o poder da classe burguesa (HARVEY, 2008, p. 26) e recuperar os níveis de legitimação e dominação do sistema do capital. Com isso, as ações do Estado devem ser compreendidas a partir dos imperativos de expansão e lucratividade do capital.

É inegável que a precarização das condições de vida e trabalho da maior parte da população do planeta se encontra nos dias atuais em níveis elevados. E as

respostas do capital a sua crise estrutural constituem elementos que nos permitem compreender de modo mais profundo a natureza e as características do tempo presente. No que diz respeito à conduta do Estado para com as áreas ditas *sociais*, observa-se que o ajuste macroeconômico global empreendido pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a partir da década de 1980, previu o *enxugamento* dos gastos sociais dos Estados e a concessão de parte da oferta de serviços públicos para a esfera privada.

Diante disso, o presente artigo pretende analisar as principais características das políticas sociais em tempos de neoliberalismo tendo como pano de fundo a necessária relação entre Estado e capital. Inicialmente, enfocaremos a forma que as políticas sociais assumem no neoliberalismo, dando destaque ao caso brasileiro. Em seguida, a partir de István Mészáros, problematizaremos a relação entre Estado e capital. Com isso, compreendemos o neoliberalismo e o processo de racionalização econômica dos recursos destinados aos setores sociais como expressão da crise estrutural do capital.

POLÍTICA SOCIAL NEOLIBERAL

A separação entre política e economia no capitalismo, que, como afirma Wood (2003, p. 28), “[...] talvez seja o mecanismo mais eficiente de defesa do capital [...]”, acentua-se no contexto neoliberal e transfere para um suposto campo econômico (respaldado pela propaganda da neutralidade e da impessoalidade) a responsabilidade pela gestão dos recursos da sociedade.

As relações sociais em que se insere esse mecanismo econômico — e que na verdade o constituem — são tratadas como algo externo. No máximo, um poder político espacialmente separado pode *intervir* na economia, mas a economia em si é despoliticada e esvaziada de conteúdo social (WOOD, 2003, p. 29, grifo do autor).

A separação entre *política social* e *política econômica* cumpre estratégica função ideológica na medida em que visa neutralizar a percepção dos efeitos sociais da economia capitalista. Caracteriza-se como *social* um conjunto de políticas (saúde, previdência, segurança, educação, habitação, assistência social, entre outras) com o objetivo de desvincular o caráter social da economia. A própria existência desse conjunto de políticas contempla necessidades de manutenção de uma sociedade na qual a economia se estrutura a partir de um processo de

apropriação privada da riqueza produzida socialmente. Temos “[...] uma ‘política social’ como antídoto ao caráter anti-social da economia capitalista” (SAVIANI, 2000, p. 118). Assim, o processo capitalista de degradação das condições de trabalho e vida é naturalizado e o horizonte de bem-estar dos indivíduos se reduz ao que poderiam promover as chamadas políticas sociais.

Ao longo do século XX, a ameaça do socialismo exigiu que a burguesia intervisse na direção de garantir a integração dos trabalhadores à ordem capitalista. A necessidade de tal integração e, evidentemente, o conjunto das lutas operárias contribuíram para a organização (majoritariamente no centro do capitalismo) de um Estado marcado pela concessão de direitos políticos e sociais aos trabalhadores.³

Vencida a ameaça socialista, a severidade das respostas do capital à crise da década de 1970 fez com que o Estado se desprendesse das noções de *bem-estar social*. Rompido o pacto com o Estado *Social*, conceitos como rentabilidade e eficiência passaram a constituir referências para as novas formas de elaboração de políticas sociais e de administração dos recursos públicos.

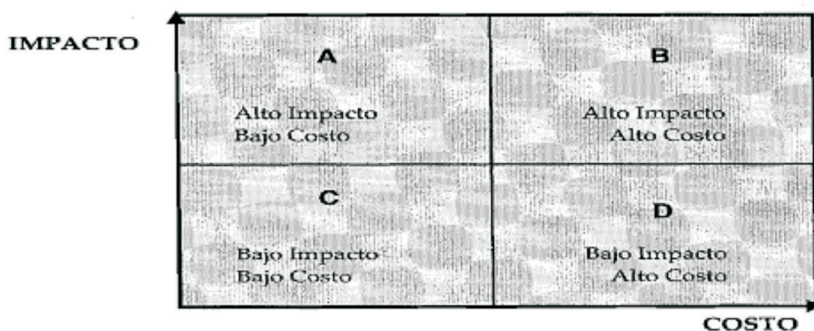
O Estado neoliberal, contendo despesas destinadas aos setores sociais e ampliando os espaços para a exploração capitalista com a abertura do campo dos serviços públicos ao empresariado, tornou-se contribuinte na busca pela recuperação dos padrões de acumulação do capital. Nesse sentido, observamos uma ofensiva do capital que nos permite definir as políticas sociais do neoliberalismo a partir de três pontos principais: (a) administração racional-econômica dos recursos públicos; (b) terceirização de serviços públicos para a iniciativa privada; (c) focalização das políticas sociais.

A administração racional-econômica dos recursos públicos está intimamente vinculada às exigências do ajuste macroeconômico neoliberal, que prevê o *enxugamento* do Estado. O Estado deveria assumir o mínimo necessário de encargos sociais e utilizar os recursos disponíveis com a máxima eficiência possível. Em estudos que realizamos anteriormente (especificamente sobre as recomendações do Banco Mundial para a área da educação) encontramos em documentos do Banco Mundial alguns elementos que demonstram o caráter

³ Mesmo apresentando uma visão macro política sobre o contexto do Estado de Bem-estar Social, é preciso considerar a luta de classes presente na construção organizativa e reivindicativa dos trabalhadores nesse período, bem como sua influência no desenvolvimento daquele momento histórico.

utilitarista das recomendações da instituição no que se refere aos gastos públicos. No documento chamado *Educacion media en el Paraguay: logros, opciones y desafios*, de 2008, em um tópico chamado *Eficiencia en el gasto*, a instituição apresenta um quadro que deverá servir de avaliação no direcionamento das políticas educacionais no Paraguai. Segundo o Banco Mundial (2008, p. 91), “El impacto de las opciones de política y su costo deben considerarse en conjunto para garantizar que se invierta en aquellas áreas y acciones donde exista un mayor impacto a menor costo”. O quadro é o seguinte:

Figura 1 - Eficiência no gasto



Fonte: Banco Mundial (2008).

A intenção do Banco Mundial é situar cada investimento ou intervenção em algum quadrante, de modo que sejam avaliados o componente *impacto* e o fator *custo*. “[...] intervenciones con alto impacto y bajo costo son definitivamente recomendables e intervenciones de bajo impacto y alto costo no lo son” (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 92).

Outra prática que aparece ligada ao imperativo da eficiência, e que a partir de 1990 passa a fazer parte da formulação de políticas sociais (principalmente educacionais), é a noção de descentralização e participação da comunidade. A participação inclui a atuação da comunidade na administração e captação de recursos para a manutenção dos projetos. Em um documento mais antigo, de 1996, chamado *Prioridades y estrategias para la educación*, o Banco Mundial inclui sua estratégia de eficiência na aplicação de recursos com a política de descentralização educacional, propondo às populações locais que participem dos custos escolares.

Incluso las comunidades muy pobres suelen estar dispuestas a sufragar en parte los costos de la educación, especialmente a nivel primario. En Nepal, por ejemplo, las comunidades locales construyen y mantienen casi todas las escuelas primarias y muchas escuelas secundarias. Las donaciones de contrapartida pueden aumentar la participación local en las escuelas, crear un sentido de propiedad y estimular el aumento de las contribuciones privadas a la educación (BANCO MUNDIAL, 1996, p. 116, grifo nosso).

Sustentada por uma apologia da desburocratização, a *descentralização participativa* seria, como defende o discurso dominante, a forma de gerir os escassos recursos disponíveis com eficiência. Não é demais ressaltar que descentralizar não significa necessariamente concessão de autonomia para a gestão de recursos e elaboração de projetos, mas responsabilização de localidades e comunidades por seu auto-custeio. Como afirma Paula (2007, p. 147),

Nesse contexto, há um discurso participativo, mas na prática se enfatiza o engajamento da própria burocracia pública ou dos quadros das organizações sociais no processo de gestão. A estrutura e a dinâmica do aparelho de Estado pós-reformista não apontam os canais que permitiriam a infiltração das demandas populares.

Sobre a terceirização de parte dos serviços públicos para a iniciativa privada, esta prática se liga à noção de que não é necessário que o Estado seja o único provedor de tais serviços. A incorporação pela esfera privada e sua dinâmica de concorrência deslocaria a gestão de um Estado ineficaz para um setor privado dinâmico e em expansão.

No que se refere à focalização das políticas sociais, esta canaliza os recursos aos setores submetidos à extrema pobreza e tem como objetivo principal a redução de despesas, pois sua abrangência é limitada quando comparada com políticas sociais universais. Benefícios e auxílios concedidos pelo Estado apenas a grupos restritos não carregam consigo a noção de direito social em seu sentido mais amplo, o que é politicamente interessante do ponto de vista do capital. Segundo Filgueiras (2007, p. 156),

Trata-se de uma política social apoiada num conceito de pobreza restrito, que reduz o número real de pobres, suas necessidades e o montante de recursos públicos a serem gastos. Ela procura se adequar ao permanente ajuste fiscal a que se submetem os países periféricos, por exigência do FMI e do capital

financeiro (“os mercados”), para garantir o pagamento das dívidas públicas. Essa política social é a contraface dos superávits primários.

No plano prático, a experiência neoliberal chilena sob a batuta dos *Chicago Boys*, na ditadura de Augusto Pinochet, materializou no âmbito das políticas sociais algumas dessas formulações importadas das escolas de negócios instaladas nas universidades norte-americanas (COMBLIN, 1999, p. 57). Desde então, abertura para a exploração capitalista e descentralização participativa passaram a guiar grande parte das políticas sociais da América Latina.

No Chile observou-se a crescente participação do setor privado no fornecimento de serviços públicos e a incorporação dos serviços de saúde e aposentadoria pelo empresariado. Seguindo o raciocínio de que o setor privado somente pode possuir consumidores com uma alternativa inferior a ele, a lógica foi desqualificar o segmento público visando produzir demanda para a emergente burguesia de serviços. Enquanto o setor privado fornece às classes média e alta certa eficiência, estrutura e atendimento satisfatório, os trabalhadores se deparam com serviços públicos inferiores e sem investimentos visando melhorias substanciais.

Na Argentina, como parte do ajuste que integrou o país às diretrizes do Consenso de Washington, a partir do primeiro mandato de Carlos Menem (1989-1994), inaugurou-se um processo de descentralização sistemática na gestão dos serviços públicos. Uma descentralização de responsabilidades para as províncias sem a estrutura e os recursos necessários para a promoção de tais serviços. Enquanto o empresariado argentino também lucrava com a crescente procura por serviços privados, as comunidades, em parcerias com organizações de toda natureza, custeavam os serviços públicos. Boito Junior (1999, p. 85) argumenta que, “Segundo alguns estudiosos, não se pode mais falar em política social nacional na Argentina, talvez nem mesmo em política social, mas em filantropia pública para mitigar a pobreza.”

No Brasil, a década de 1990 (principalmente a gestão Cardoso) marcou a abertura da economia nacional ao capital internacional e às exigências do ajuste estrutural neoliberal, ajuste que reconfigura instituições e restringe a capacidade do Estado de configurar sua política econômica com autonomia (ARRUDA, 1999, p. 40-41).

Observou-se, em nome da busca pela estabilidade econômica, a adesão às recomendações elaboradas por organismos como FMI e Banco Mundial. Em sua análise sobre as reformas na gestão pública no Brasil neoliberal, Paula (2007,

p. 113-114) afirma que entre as diretrizes recomendadas pelo Banco Mundial em 1994, destacam-se a inserção de critérios comerciais na administração de empresas públicas e a participação da comunidade na prestação dos serviços públicos. Além disso, o Banco Mundial realizaria estudos setoriais indicando aos governos os distintos níveis de eficiência e rentabilidade de serviços fornecidos pelo Estado ou pelo setor privado.

Por meio de acordos e compromissos com essas instituições, o governo Cardoso reconfigurou o papel do Estado na direção de que este se transformasse em agência de fomento da competitividade econômica. Segundo Cano (2000, p. 241),

[...] em 13 de novembro era assinado o “acordo”, sem dúvida o mais duro e humilhante até hoje firmado pelo Brasil. Por ele, o país receberia créditos (em bilhões de dólares) de 41,5 sendo 18 do FMI (já entregues em dezembro e março), 4,5 do BIRD, 4,5 do BID e 14,5 coordenados pelo BIS e o monitoramento iria até 2001. O corte nos gastos públicos foi estimado em R\$ 29 bilhões (cerca de 3% do PIB).

Com relação às mudanças na configuração das políticas sociais, vale destacar que a constituição de 1988 trouxe importantes mudanças no que diz respeito à proteção social no Brasil, caracterizando-se, principalmente, pelo reconhecimento do caráter universal dos direitos sociais e das responsabilidades do Estado para a materialização de tais princípios. Contudo, o caráter progressista da *constituição cidadã* enfrentou o arranjo conservador que predominou nos governos da década de 1990 no país. É nesse período que, segundo Vianna (2008, p. 10), ocorre a produção de uma legislação regulamentadora dos próprios preceitos constitucionais. “Desde então, inicia-se concomitantemente o desmonte institucional, orçamentário e conceitual da seguridade social.”

O argumento do combate à inflação e do necessário enfrentamento do déficit público, de necessárias mudanças econômico-financeiras num contexto globalizado, opôs as garantias constitucionais de 1988 às necessidades inadiáveis de um país que pretendia integrar competitivamente o sistema econômico internacional. Dentro desse contexto, a materialização da universalidade da proteção social foi colocada como obstáculo ao desenvolvimento econômico brasileiro. Vistas como encargos prejudiciais, as políticas sociais sofreram nessa época uma reconfiguração pautada no aumento da eficiência dos gastos públicos. Ao final da década de 1990, apontava Saviani (2000, p. 4): “[...] os direitos sociais

conquistados a duras penas pelo povo brasileiro hoje são classificados como ‘custo Brasil’.”

A agressividade do governo Cardoso aumentou os níveis de tensão social e comprometeu a capacidade das classes dominantes de tornar universais seus interesses particulares. Ao chegarem ao governo através da ampliação da aliança com forças sociais e políticas representantes da grande burguesia brasileira, sob a orientação social-liberal, Lula e o PT assumiram o papel de contornar a crise da hegemonia burguesa no Brasil (DEL ROIO, 2004, p. 85).

Em seu estudo sobre a economia política do governo Lula, Filgueiras (2007, p.160-161) defende que não só a política econômica, mas também a esfera da política social, demonstra a unidade essencial entre os governos Cardoso e Lula. De acordo com o autor, entre o segundo mandato de Cardoso e o primeiro mandato de Lula, é possível observar no orçamento da União uma retração dos recursos destinados aos gastos sociais totais (previdência e assistência social, educação, saúde, trabalho, cultura, desporto e lazer, habitação e saneamento) e um aumento nos chamados encargos especiais (juros e serviços da dívida pública, transferências, principalmente a estados e municípios, e outras despesas financeiras). Se em 2000 os gastos sociais totais contavam com 43,8% do orçamento e os encargos especiais com 42,4%, no fim de 2006 a proporção se alterou para 39,4% com gastos sociais e 49,8% com encargos especiais, expressando a transferência de renda da sociedade para o capital financeiro. No mesmo período, no que se refere às áreas de saúde e educação, nota-se que apesar de uma relativa estabilidade na quantia absoluta dos recursos, perante o PIB, no intervalo entre o os governos Cardoso e Lula, esses gastos diminuíram e o que aumentou foram os gastos com assistência social, expressando a face focalizadora da política social de Lula. Segundo Filgueiras (2007, p. 163),

O montante total dos gastos do Ministério da Educação (MEC) em 2005 foi praticamente o mesmo de 1995: RS 20,4 bilhões. No entanto, como proporção do PIB, esse total declinou de 1,44% para 1,03%; nos dois primeiros anos do governo Lula, ele atingiu, respectivamente, 1,16% (2003) e 1,04% (2004) do PIB. Trajetória similar ocorreu com os gastos do Ministério da Saúde. [...] Em contrapartida, a participação dos gastos com a Assistência Social, nos quais o programa Bolsa Família tem participação importante, mais do que dobrou no período (de 9,9% para 20,5%).

O aumento nos recursos destinados à assistência social demonstra o aprofundamento da focalização da política social realizado pelo governo Lula, ao ampliar os programas de complemento de renda para os mais pobres que apareceram ainda na gestão Cardoso. Com isso, Lula reafirma a opção brasileira por uma concepção de política social que desconsidera os fatores, relacionados às relações entre classes sociais, que, de fato, promovem o cenário de miséria e pobreza.

O Bolsa Família surge como principal representação da política social focalizada de Lula. O programa atende aproximadamente doze milhões de famílias e integra projetos da gestão Cardoso (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Fome Zero). Os valores atualizados a partir de abril de 2011 mostram que o montante recebido por cada família pode variar entre R\$ 32,00 e R\$ 242,00. Segundo o governo, o Bolsa Família tem como eixos principais a transferência de renda para promover o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades para reforçar o acesso aos direitos básicos das populações; programas complementares para auxiliar na superação da situação de vulnerabilidade das famílias (BRASIL, 2011, p. 1).

Percebemos que a pobreza do presente é vista como um fenômeno sem relações com o modo de produção capitalista. O Estado transfere para os indivíduos a responsabilidade pela melhora de suas condições de vida (VIANNA, 2008, p. 15). Diante disso, é de fundamental importância que políticas de natureza focalizada sejam analisadas para além de uma simples forma de redistribuição. Sua essência se relaciona intimamente com seus objetivos políticos. Objetivos que levaram o Estado a se utilizar de uma aparente promoção de recursos para amenizar tensões e manter a localização social dos estratos contemplados.

A NECESSÁRIA RELAÇÃO ENTRE ESTADO E CAPITAL

A sociabilidade contemporânea e a lógica que a conduz podem ser explicadas a partir da reflexão sobre o capital em suas formas, engrenagens e mecanismos de funcionamento dinâmico. Para entender a amplitude dessa questão é preciso voltar a atenção para as forças e contradições subjacentes ao capital, que limitam, de forma cada vez mais contundente, a esfera de ação dos seus subordinados.

O sistema do capital em si é um sistema orgânico de reprodução sociometabólica fundamentado numa lógica própria, que responde aos interesses imperativos de expansão e lucratividade. Por sociometabolismo do capital, tendo como referência Mészáros (2002, p. 96), podemos entender uma estrutura totalizante de organização e controle, cujas dimensões fundamentais são materialmente formadas e inter-relacionadas. Os componentes do sistema do capital (em suas variedades capitalista e pós-capitalista⁴) são, de acordo com Mészáros, o tripé capital⁵, trabalho (assalariado) e Estado. Nessa inter-relação, a completa sujeição do trabalho ao comando do capital constitui a questão fundamental da dinâmica do processo de reprodução social e se fundamenta na alienação do controle dos produtores. Os elementos constitutivos do capital estiveram submetidos, antes do contexto capitalista, a diferentes sistemas de controle do metabolismo social. A evolução histórica do capital, ao romper com a *coesão* e a *restrição* internas definidas pelos sistemas de controle precedentes, determinou uma mudança radical sobre o sistema sociometabólico da sociedade, culminando gradualmente na consumação do sistema do capital plenamente desenvolvido.

Essa ruptura se realiza na medida em que ocorre uma fratura no sistema baseado na auto-suficiência. Diante do fato de os componentes do sistema do capital serem incapazes de se auto-restringirem no avanço sobre as formas de produção voltadas para a satisfação das necessidades humanas, o capital superou as condições precedentes e subordinou a produção orientada pelo valor de uso à produção voltada para o valor de troca. A liberação das restrições subjetivas e objetivas da auto-suficiência possibilitou as separações entre produção e controle do trabalho (produtores separados dos meios de produção), produção e consumo (valor de uso subsumido ao valor de troca) e produção e circulação (trocas locais incompatíveis com o mercado mundial) processadas no contexto de avanço do capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 99).

⁴ Mészáros utiliza o termo Estado pós-capitalista para se referir às experiências do socialismo real, uma vez que identifica nelas a permanência dos elementos que compõem o sistema do capital.

⁵ “‘Capital’ é uma categoria histórica dinâmica e a força social a ela correspondente aparece – na forma de capital ‘monetário’, ‘mercantil’ etc. – vários séculos antes da formação social do capitalismo enquanto tal emergir e se consolidar” (MÉSZÁROS, 2002, p. 1064). Portanto, o capital não se limita ao capitalismo. O capitalismo consiste em uma das formas pelas quais o capital pode se realizar.

O antagonismo estrutural que constitui o sistema do capital é expressão da cisão que ocorre sobre esses três níveis e que estabelece, desde o início, estruturas sociais reprodutivas internamente fragmentadas. Tal circunstância revela uma deficiência estrutural nos mecanismos de controle, representada pela perda de unidade e manifestada em conflitos fundamentais de interesse entre as forças sociais hegemônicas alternativas. Esse tipo de deficiência coloca a necessidade do estabelecimento de estruturas de controle específicas capazes de complementar os elementos materiais, de acordo com a necessidade mutável decorrente da dinâmica expansionista do sistema do capital.

Como não se trata de um sistema de controle auto-suficiente, de acordo com Mészáros (2002, p. 106), “O capital chegou à dominância do reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno.” Com a finalidade de controlar os antagonismos sociais e assegurar a produtividade do sistema, o Estado moderno surge como elemento complementar ao processo de expansão do capital. O Estado, como *complemento* (à estrutura econômica) de um sistema antagonisticamente estruturado, estabelece-se como estrutura político-jurídica com o papel de retificar (dentro dos limites do capital) a falta de unidade desencadeada pelo caráter centrífugo das unidades econômicas reprodutivas.

Mészáros parte da compreensão de Marx de que o princípio da inteligibilidade da política não se encontra no interior dela mesma, mas é determinado de modo direto pela base material. Essa relação não implica reduzir o Estado à mera superestrutura que emerge da base material, simplificação que poderia levar à concepção equivocada do Estado como esfera *autônoma* em relação ao capital. Ao contrário, Mészáros conclui que o Estado é parte constituinte da base material do sistema do capital em termos de *reciprocidade dialética* com as estruturas de comando socioeconômico, pois está diretamente envolvido na produção e reprodução interna do capital. Como órgão geral da ordem social estabelecida, é essencial destacar que o Estado possui sua própria superestrutura (definida por Marx como *superestrutura legal e política*), da mesma maneira que as estruturas materiais diretas possuem suas próprias dimensões superestruturais.

A manifestação prática dessa reciprocidade dialética está no fato de que a dimensão política é *parte integrante* do sistema do capital, ainda que de modo algum possa ser considerada *parte subordinada* a ela. Como parte integrante de um sistema em que o capital se ratifica como sua própria estrutura de comando,

e em correspondência às determinações deste, o Estado corporifica o imperativo de garantir e proteger as condições de separação entre propriedade e produtores, assegurando as condições políticas para a extração da mais-valia do trabalho excedente. Isso porque o fundamento da relação entre capital e Estado encontra no trabalho o elo explicativo de sua reciprocidade dialética. Dessa forma, o papel do Estado no sistema do capital apenas se manifesta se reproduzir a articulação da absoluta dependência do capital ao trabalho, por meio de sua estrutura de comando político. Para isso, o Estado exerce a função de estrutura de coesão das unidades fraturadas do capital (originadas das separações iniciais entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação), desenvolvendo uma ação corretiva sobre as contradições presentes na *sociedade civil*.

Para remediar tais defeitos estruturais, a intervenção prática do Estado moderno consiste em articular sua superestrutura legal e política em consonância com seu papel vital de assegurar e salvaguardar as condições gerais de expansão e acumulação do sistema do capital. A partir dessa necessidade, Mészáros (2002, p. 121) identifica que “[...] a superestrutura legal e política do Estado pode assumir as formas parlamentarista, bonapartista e até do tipo soviético pós-capitalista, além de muitas outras, conforme exijam as circunstâncias históricas específicas [...]”, e mesmo no interior do próprio capitalismo o Estado pode variar de formas liberal-democráticas a regimes ditatoriais sem alterar sua função fundamental enquanto estrutura de comando político do sistema do capital. Essa superestrutura legal e política deve se alterar de acordo com as necessidades de estabilidade do sociometabolismo do capital.

O papel de complementação ao modo de controle do capital atende à necessidade de impedir o impacto desagregador das interações conflitivas das suas partes constituintes. Assim, a contribuição para a formação, consolidação e funcionamento das estruturas reprodutivas da sociabilidade do capital é dada pela capacidade do Estado em:

- 1) proteger a relação de alienação das condições de produção, ou seja, de assegurar a separação da propriedade dos produtores;

- 2) oferecer espaço para a expansão do capital, atenuando as contradições inerentes à fragmentação entre produção e consumo ao atuar na dinâmica reprodutiva do sistema do capital como comprador/consumidor direto; primeiro, ao assumir para si a função de prover necessidades ao conjunto social; depois, ao

satisfazer apetites artificiais gerados pelo aparelho burocrático-administrativo ou ainda corporificados no complexo militar-industrial;

3) eliminar as barreiras locais ou regionais ao desenvolvimento expansionista do sistema do capital através de um sistema internacional de dominação e subordinação, imposto pelo desenvolvimento desigual dos Estados nacionais.

Em todas essas questões o Estado se torna essencial, intensificando a ação e o domínio do capital na esfera política e apaziguando, mesmo que apenas temporariamente, as contradições que emergem das desigualdades geradas no processo produtivo.

No entanto, nessa ação corretiva, quaisquer tentativas de reconfiguração de unidade diante das estruturas geradoras de contradição são, certamente, temporárias, na medida em que a unidade perdida advém de fraturas que representam os antagonismos sociais desenvolvidos no confronto de forças sociais que se opõem. Como se trata de antagonismos estruturais, o capital nunca poderá superá-los por completo, embora seja certo que eles jamais serão questionados nos limites dessa ordem. Nesse caso, a limitação essencial a todas as formas de Estado concebidas pela teoria burguesa admite que o Estado possua apenas *poderes idealmente corretivos*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contradições decorridas das saídas produtivas encontradas para manter a dinâmica interna de auto-expansão do capital durante todo o seu processo histórico de desenvolvimento culminaram, no final da década de 1960, de acordo com Mészáros, em grandes confrontações sociais que marcaram a erupção de uma crise estrutural (o aumento da pressão do movimento operário sobre o capital nos países centrais; a crise política e de dominação econômica dos Estados Unidos, expressa na derrota frente ao Vietnã; e os movimentos de maio de 1968 exprimem a conjuntura de crise de dominação). Sob essas considerações, a crise estrutural da forma de sociabilidade regida pelo capital, de fato, expressa a séria manifestação do encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos. E entre os *fatores chave* para o diagnóstico do quadro de ativação dos limites absolutos do capital estariam: a) a destruição ecológica; b) a contradição entre o incontrolável impulso expansionista do capital (que atingiu amplitude global) e configurações estatais

historicamente articuladas como Estados nacionais concorrentes; c) a emergência do desemprego crônico.

Diante da sua crise estrutural, o capital assumiu a forma neoliberal como manifestação de uma fase de recessão corretiva. Desse modo, a idéia de *neoliberalismo* deve ser compreendida na totalidade do desenvolvimento capitalista, sem enxergar aí qualquer ruptura. O fato de a crise desencadeada nos anos 1970 não ser mais uma manifestação cíclica tradicional explica o período neoliberal como fase de recessão, muito mais duradoura do que o período anterior de expansão do padrão *fordista-keynesiano* do pós Segunda Guerra. Assim, a duração e a severidade da fase recessiva neoliberal só podem ser entendidas como manifestação da crise estrutural do capital, de modo que interpretamos esse processo como um projeto político de restabelecimento das condições de acumulação do capital e de recomposição do poder de classe da alta burguesia.

Entendemos, portanto, que a *agonia do capital*, representada pelo neoliberalismo, vem reestruturando e reorganizando a distribuição da riqueza em favor da classe burguesa. Se no campo da produção o capital responde à crise via produtividade, no restante da vida social a *mercadificação de tudo* (HARVEY, 2008, p. 171) surge como importante fator para a manutenção do capital em crise. Este é o contexto e o quadro geral em que a racionalização econômica e focalização das políticas sociais se inserem. A configuração neoliberal do Estado, ampliando as possibilidades de reprodução do capital ao submeter ao imperativo da lucratividade até mesmo os setores que cumprem a função de conservação da força de trabalho, evidencia a necessária relação capital/Estado. A concessão estatal à exploração capitalista dos serviços públicos, o corte de despesas via administração *eficiente* e os restritos programas de combate à miséria expressam as necessidades político-econômicas de um sistema que atingiu seus limites e cuja dimensão destrutiva tende ao crescimento.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Marcos. *Dívida externa: para o capital, tudo; para o social, migalhas*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BANCO MUNDIAL. *Educación media en el Paraguay: logros, opciones y desafíos*. Washington, DC, 2008. Disponível em: <http://www.oei.es/pdfs/educacion_media_paraguay.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2011.

_____. *Prioridades y estrategias para la educación*. Washington, DC, 1996. Disponível em: <<http://www.fedepsp.org.br/documentos.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2011..

BOITO JUNIOR, Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento social. *Bolsa família*. 2011. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Unesp, 2000.

COMBLIN, José. *O neoliberalismo: ideologia dominante na virada do século*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

DEL ROIO, Marcos. O governo Lula e a derrota da esquerda. *Outubro*, São Paulo, n. 10, p. 69-88, 2004.

FILGUEIRAS, Luiz A. M. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

HARVEY, David. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

PAULA, Ana Paula Paes de. *Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SAVIANI, Dermeval. *Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

TONET, Ivo. *Educação, cidadania e emancipação humana: crítica da colocação da cidadania como objetivo maior da educação e proposta de substituição pela categoria da emancipação humana*. Marília: UNESP, 2001.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. A nova política social no Brasil: uma prática acima de qualquer suspeita teórica? *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*, Rio de Janeiro, n. 18, p.120-144, jan./jun. 2008.

WOOD, Ellen Meiksins. A separação entre o “econômico” e o “político” no capitalismo. In: _____. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 27-50.